

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

YASMIN DOS SANTOS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR
APLICADA EM IGREJAS EVANGÉLICAS EM MACEIÓ NO
TOCANTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS**

MACEIÓ-AL
2024

YASMIN DOS SANTOS SILVA

**A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR
APLICADA EM IGREJAS EVANGÉLICAS EM MACEIÓ NO
TOCANTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS**

TCC apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, Campus A.C. Simões, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora:

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Myrtes Vieira do Nascimento CRB4/1680

S586i Silva, Yasmin dos Santos
A importância da contabilidade do terceiro setor aplicada em igrejas evangélicas em Maceió no tocante à prestação de contas. / Yasmin dos Santos Silva - 2024.
49 f.; il.

Monografia de Graduação em Ciências Contábeis (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Alagoas, Campus Ac. Simões. Maceió, 2024.

Orientação: Profa. Márcia Adriana Magalhães Omena

Inclui bibliografia e apêndice

1. Terceiro setor. 2. Contabilidade. 3. Organizações religiosas.

I. Título.

CDU: 657

FOLHA DE APROVAÇÃO

YASMIN DOS SANTOS SILVA

A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR APLICADA EM IGREJAS EVANGÉLICAS EM MACEIÓ NO TOCANTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Aprovado em 26/11/2024

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **MARCIA ADRIANA MAGALHAES OMENA**
Data: 05/12/2024 10:57:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc. Márcia Adriana Magalhães Omena – Orientadora
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente
 **ERICA XAVIER DE SOUZA**
Data: 05/12/2024 16:56:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Msc. Érica Xavier de Souza (1º Membro da Banca)
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

Documento assinado digitalmente
 **MARLUCE ALVES DE ALMEIDA SALGUEIRO**
Data: 05/12/2024 22:01:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Marluce Alves de Almeida Salgueiro (2º Membro da Banca).
Universidade Federal de Alagoas – UFAL

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar ao longo deste estudo, proporcionando força e determinação para alcançar o seu término; sem Ele nada posso fazer. Assim como, fico profundamente agradecida aos meus familiares e amigos pelo apoio inabalável que sempre me ofereceram ao longo da minha jornada.

Sendo essencial o agradecimento especial à minha orientadora, cujo incentivo e dedicação, mesmo diante de suas múltiplas demandas, foram fundamentais para o sucesso deste estudo e a todos que direta ou indiretamente torceram para o meu crescimento pessoal e profissional através da elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o estudo da importância da contabilidade no terceiro setor tendo como foco principal a prestação de contas em igrejas, visto que, mesmo estas não tendo finalidade de lucro, possuem obrigações a serem cumpridas, como a entrega de declarações fiscais e contábeis, onde mesmo desfrutando de imunidades e isenções tributárias previstas na Constituição Federal, precisam executar as determinações legais para manter sua regularidade junto ao governo . Com isso a metodologia escolhida para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, onde utilizou-se de artigos científicos e através do envio de um formulário elaborado no *Google Forms* a cinco Igrejas evangélicas diferentes. Diante dos resultados da pesquisa, percebe-se que as os gestores possuem o entendimento da importância da prestação de contas, bem como a relevância da contabilidade para o cumprimento das exigências legais e de gestão dessas informações como instrumento de transparência para terceiros. Assim, é importante notar que o uso da contabilidade de forma correta é imprescindível para uma boa gestão das igrejas, visto que pode ser um auxílio para enfrentar os desafios de contexto social e financeiro o qual está em constante mudança, assim como, reforçar sua missão espiritual e comunitária na sociedade.

Palavras-chaves: Terceiro Setor. Contabilidade. Organizações religiosas.

ABSTRACT

The present work aims to study the importance of accounting in the third sector, with the main focus being the rendering of accounts in jewelry, since, even though these do not have a profit purpose, they have obligations to be fulfilled, such as the delivery of tax declarations and Shareholders, even though they enjoy the immunities and tax exemptions provided for in the Federal Constitution, need to carry out legal determinations to maintain their regularity with the government. Therefore, the methodology chosen for the preparation of this work was qualitative research, using scientific articles and sending a form prepared on Google Forms to five different evangelical Churches. In view of the research results, it is clear that managers understand the importance of accountability, as well as the relevance of accounting for compliance with legal standards and the management of this information as an instrument of transparency for third parties. Therefore, it is important to note that the correct use of accounting is mandatory for good purchasing management, as it can be an aid in facing the challenges of the social and financial context, which is constantly changing, as well as strengthening your mission. spiritual and community in society.

Keywords: Third Sector. Accounting. Religious organizations.

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| GRÁFICO 1 - Sexo | 27 |
| GRÁFICO 2 - Idade | 28 |
| GRÁFICO 3 - Tempo de Experiência à frente da Igreja | 28 |
| GRÁFICO 4 - Função | 29 |
| GRÁFICO 5 - Possui outra atividade profissional? | 29 |
| GRÁFICO 6 - Recebe Proventos? | 30 |
| GRÁFICO 7 - Tempo de Fundação da Igreja? | 30 |
| GRÁFICO 8 - Quantidade de Membros | 31 |
| GRÁFICO 9 - Colaboradores trabalhando no setor financeiro e tesouraria? | 31 |
| GRÁFICO 10 - Tipos de Receita?..... | 32 |
| GRÁFICO 11 - Possui contabilidade interna ou externa?..... | 33 |
| GRÁFICO 12 - Como são feitos os registros financeiros? | 33 |
| GRÁFICO 13 - Os resultados financeiros são apresentados à igreja?..... | 34 |
| GRÁFICO 14 - Qual a finalidade dos recursos recebidos pela igreja?..... | 35 |
| GRÁFICO 15 - Quais os impostos têm isenção ou imunidade? | 36 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 1.1 Contextualização e Problemática | 8 |
| 1.2 Objetivos | 9 |
| 1.2.1 Objetivo Geral | 9 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 9 |
| 1.3. Justificativa..... | 10 |
| 1.4 Estrutura do Trabalho..... | 10 |
| 2 REFERENCIAL TEÓRICO | 11 |
| 2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE | 11 |
| 2.2 CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DA CONTABILIDADE..... | 13 |
| 2.3 O TERCEIRO SETOR..... | 14 |
| 2.4 A IGREJA NO TERCEIRO SETOR | 16 |
| 2.5 A IGREJA E A CONTABILIDADE | 18 |
| 2.6 IGREJA E EVIDENCIAÇÃO DO TERCEIRO SETOR..... | 19 |
| 3. METODOLOGIA..... | 24 |
| 3.1 Tipo de estudo | 24 |
| 3.2 Local de estudo | 24 |
| 3.3 População do estudo..... | 25 |
| 3.4 Critérios de inclusão e exclusão | 25 |
| 3.5 Números de registros observados..... | 25 |
| 3.6 Procedimentos Éticos | 25 |
| 3.7 Instrumentos de coleta..... | 26 |
| 4. ANÁLISE DE DADOS..... | 27 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 37 |
| REFERÊNCIAS | 39 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO | 44 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problemática

O Terceiro Setor é uma nomenclatura utilizada para designar um conjunto de organizações da sociedade civil que atuam de forma autônoma e sem fins lucrativos, com o objetivo de promover o bem comum. Essas instituições se situam entre o setor público (primeiro setor) e o setor privado (segundo setor). Isso ocorre porque apresentam utilidade pública, e suas atividades são destinadas à sociedade como um todo.

Segundo Breu (2010), o terceiro setor é composto por organizações que combinam características tanto do Estado quanto das empresas privadas. No entanto, distinguem-se pela ausência da busca por lucro e pelo envolvimento em ações voluntárias.

No Brasil, as organizações do terceiro setor têm personalidade jurídica de direito privado, conforme definido nos incisos I, III, IV e V do art. 44 do Código Civil, Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que abrange associações, fundações, organizações religiosas e partidos políticos (BRASIL, 2002).

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações.

IV - as organizações religiosas; (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

V - os partidos políticos. (Incluído pela Lei nº 10.825, de 22.12.2003)

O terceiro setor tem como principal fonte de renda doações e contribuições de terceiros, que são pessoas físicas, empresas privadas ou órgãos governamentais. Por esse motivo, é necessário ter controle interno para administrar seus recursos com clareza e realizar suas atividades de forma eficiente para alcançar seus objetivos (Santos, 2018).

É importante destacar que algumas entidades são frequentemente parceiras do governo e de empresas privadas, recebendo recursos públicos e privados, mas sem o objetivo de gerar lucro, e sua atuação é regida por princípios de transparência e responsabilidade social.

Fato esse reafirmado por Teles e Alves (2017), segundo os quais, nas instituições sem fins lucrativos, a obtenção de recursos ocorre principalmente através de doações individuais, de instituições privadas ou do governo. Isso leva os colaboradores a se interessarem pelo modo como a instituição presta contas e onde os recursos estão sendo aplicados. Portanto, no

terceiro setor, a contabilidade é fundamental para garantir a confiabilidade das informações financeiras.

Nesse setor, estão incorporadas as igrejas, foco deste trabalho, as quais possuem especificidades em relação às demais entidades, como o fato de terem isenções e/ou imunidades tributárias e contas específicas em relação às suas demonstrações contábeis. Sendo assim, é necessária a aplicação correta da contabilidade, gerando, com isso, maior confiabilidade na prestação de contas, visto que a parte contábil auxilia essas entidades a estarem em conformidade com os órgãos fiscalizadores e é um meio para realizar uma boa gestão e organização das movimentações financeiras realizadas por essas organizações.

Com isso, observa-se que a contabilidade aplicada ao Terceiro Setor passa por critérios e procedimentos específicos de avaliação. Sua estrutura está definida na Lei 6.404/1976; no entanto, poderá sofrer algumas adaptações nas nomenclaturas das contas que necessitem ser utilizadas, uma vez que a finalidade dos resultados não é a obtenção de lucro. Desta forma, esta pesquisa visa elucidar o seguinte questionamento: qual a percepção dos gestores quanto a importância da Contabilidade e a prestação de contas nas Igrejas.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Discorrer sobre a importância da contabilidade no terceiro setor, com ênfase na prestação de contas realizadas pelas igrejas.

1.2.2 Objetivos específicos

- Apresentar as características do terceiro setor e sua legislação;
- Evidenciar legislações pertinentes a contabilidade e prestação de contas em igrejas;
- Abordar a contabilidade como método de transparência no auxílio à elaboração da prestação de contas nas igrejas.

1.3. Justificativa

O tema escolhido para esta pesquisa surgiu da necessidade de entender as características do terceiro setor e à contabilidade aplicada às entidades religiosas, uma vez que estas fazem parte desse setor ; evidenciando a importância da prestação de contas para estas organizações, assim como as particularidades existentes; enfatizando o importante papel da contabilidade para proporcionar clareza e fidedignidade das informações sobre a destinação dos recursos utilizados.

A inspiração para pesquisar sobre esses tópicos veio da vivência na área administrativa de uma igreja, sendo estudante de contabilidade, porém sem conhecimentos práticos e com pouco material disponível sobre o assunto, o que despertou o interesse de investigar mais a fundo a contabilidade aplicada ao terceiro setor, onde se enquadram as igrejas, especialmente no tocante à prestação de contas dessas entidades. Assim, o objeto deste estudo foi escolhido com a finalidade de agregar uma nova perspectiva e trazer clareza tanto no meio acadêmico, como para os próprios administradores e líderes dessas instituições, além da sociedade.

1.4 Estrutura do Trabalho

Este trabalho, além da introdução, está dividido em mais quatro seções. A segunda seção explora o referencial teórico da pesquisa. Em seguida, a terceira seção apresenta a metodologia aplicada. A quarta, a análise dos dados e os resultados obtidos. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA CONTABILIDADE

A contabilidade teve origem nos primórdios da civilização, impulsionada pela necessidade humana de controlar e preservar seus ativos. Assim, ela emergiu com o propósito de oferecer um controle mais eficaz sobre esses bens.

De acordo com Iudícibus (2010), desde os tempos medievais, a contabilidade já estava presente, manifestando-se em ações simples do cotidiano e dos costumes da época. Mesmo sem um grande conhecimento e de forma discreta, a contabilidade era empregada na contagem de rebanhos para o controle e cuidado dos animais, assim como na gestão do tempo e das estações para prever e administrar a espera por alimento, sendo integrada às atividades diárias.

Segundo Ribeiro Filho, Lopes e Pederneiras (2009, p. 22):

Já existiam registros de fundamentos contábeis há cerca de 4.000a.C., verificados na história da antiga Suméria, da Mesopotâmia e do Antigo Reino Egípcio, como controle de bens, verificados nos objetos encontrados de escavações realizadas nas regiões do Oriente. Isso prova que mesmo antes de Cristo já se utilizava métodos para a facilitação humana, sua existência tem origem antes mesmo da era dos homus sapiens

Em concordância com David e Barbosa (2019), afirmam que “a contabilidade surgiu no início da civilização, com a necessidade do homem de controlar e armazenar seus bens; nasce, então, com a finalidade de um controle mais rígido desses bens.”

No Brasil, foi durante o período colonial que a contabilidade teve origem, devido ao desenvolvimento da sociedade e à crescente demanda por estimativas e controle do patrimônio. O progresso social impulsionou a expansão das atividades econômicas, resultando em um aumento nos gastos e na necessidade de controlar as finanças públicas. Isso levou a melhorias nos processos de escrituração praticados pelos profissionais comerciais da época. Como consequência desse impacto na economia, o Brasil se tornou um ponto central nas transações financeiras do Império Português (Silva; de Assis, 2015).

Para Sá (2008), desde o descobrimento do Brasil, a contabilidade tinha uma função primordial: calcular a matéria-prima extraída daqui para ser enviada a Portugal, como o pau-brasil e os minerais, e controlar o fluxo de escravos africanos. E diante da ameaça de invasões Portugal se preocupou em controlar seu patrimônio, concentrado principalmente na nova

colônia. Por isso com a evolução da sociedade e a necessidade de um controle fiscal mais eficiente, foram estabelecidas as primeiras alfândegas em 1530.

A origem da contabilidade remonta à necessidade humana de compreender o quanto pode ser utilizado, consumido e o quanto precisa ser produzido. À medida que as pessoas acumulavam mais valores e bens, tornava-se impraticável memorizar todas as transações, surgindo assim a necessidade de registrar esses eventos. Como destacado por Silva (2018, p. 04):

O sistema contábil é dinâmico e evoluiu com a duplicação dos documentos e registros, se tornando diários. Determinados por períodos, lembrando os diários, balancetes e balancetes anuais, pois os mesmos já estabeleciam um confronto de contas entre o negativo e positivo. “Tal evolução era natural, como foi a do sentido do que ‘é meu’ e do que ‘é seu’, ao registrar o movimento de relações com outras pessoas. Isso gerou o ‘débito’ e o ‘crédito’”.

No período da Idade Média, a contabilidade continuou a se desenvolver, principalmente nos mosteiros e nas atividades comerciais emergentes das cidades medievais. Foi nesse período que surgiram os primeiros registros contábeis formais, como os livros de entrada e saída.

No início da República brasileira, a contabilidade não recebeu grande destaque devido às crises enfrentadas pelo país, que afetaram diversos setores, incluindo o social, político e financeiro. Somente décadas mais tarde, a contabilidade voltou a ganhar importância no cenário nacional, especialmente com o surgimento de empresas estatais que deram início à Revolução Industrial brasileira (Santana; Aquino, 1992).

Durante a Revolução Industrial, a contabilidade começou a se profissionalizar, à medida que as empresas cresceram em tamanho e complexidade. Surgiram os primeiros princípios contábeis e a contabilidade de custos ganhou importância.

Para Martins (2010, p.19), até a Revolução Industrial no século XVIII, predominava a contabilidade financeira (ou geral), que havia sido desenvolvida na era mercantilista e estava amplamente estabelecida para atender às necessidades das empresas comerciais. Para calcular o resultado de cada período, [...] o contador examinava o valor pago por cada item mantido em estoque, utilizando esse método para avaliar as mercadorias.

De acordo com Reis e Silva (2008), até meados do século XX, o Brasil foi fortemente influenciado pela cultura italiana, considerada o berço da contabilidade e o local de origem do método de partidas dobradas. Inicialmente, percebeu-se que o estudo da contabilidade não se limitava apenas à escrituração e à guarda de livros, mas era necessário detalhar e explicar seus significados. Ficou estabelecido, então, que a contabilidade era uma ciência do controle econômico, aproximando-se do conceito de que seu objeto de estudo era o patrimônio.

Ao longo do tempo, as ciências contábeis passaram por um processo de desenvolvimento e evolução significativos. Atualmente, sua função vai além de simples registros financeiros, sendo responsável por fornecer informações essenciais ao público, aos gestores e ao governo. Sua aplicação abrange desde a aquisição de matérias-primas para a produção até estudos avançados no âmbito macroeconômico. Com o avanço tecnológico do século XX, tanto a contabilidade quanto o ensino das práticas relacionadas precisaram acompanhar as inovações tecnológicas e os desenvolvimentos nos diversos segmentos econômicos (STAATS; Macedo, 2021).

2.2 CONCEITO E CARACTERIZAÇÃO DA CONTABILIDADE

De acordo com Padoveze (2012), a finalidade da Contabilidade reside no gerenciamento do patrimônio, realizando-a através da coleta, armazenamento e análise das informações relacionadas aos eventos contábeis ocorridos no contexto empresarial.

A contabilidade tem como propósito principal monitorar o patrimônio das organizações, calcular o resultado das suas operações e fornecer informações pertinentes a indivíduos interessados em compreender a saúde financeira e o desempenho das entidades, sejam elas de natureza privada ou sem fins lucrativos (Viceconti; Neves, 2017).

Para Ribeiro (2013, p.10), a definição de contabilidade vem da seguinte forma: “A contabilidade, portanto, é uma ciência social que tem por objeto o patrimônio das entidades econômico-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.”

A contabilidade gerencial é uma ferramenta interna essencial para a tomada de decisões, fornecendo apoio aos gestores ao avaliar o progresso dos planejamentos, o alcance de metas e compreender a situação atual da entidade. Seu objetivo fundamental é produzir informações confiáveis e compreensíveis para os usuários, pois essas informações são cruciais para orientar as decisões, fornecendo dados sobre o desempenho, evolução, riscos, entre outros aspectos da entidade em análise (Manoel *et al.*, 2022).

Por meio do avanço das práticas contábeis, é viável documentar, consolidar, monitorar e analisar todas as mudanças no patrimônio, proporcionando à gestão das organizações informações gerenciais não apenas essenciais, mas também cruciais para o processo de tomada de decisões (Gonçalves; Baptista, 2011).

No que diz respeito às entidades sem fins lucrativos, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) determina que elas devem seguir as diretrizes estabelecidas na Interpretação Técnica Geral (ITG), Revisão 1, emitida em 2002, que trata das Entidades sem Fins Lucrativos. Essa interpretação tem como objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos para avaliação, reconhecimento de transações e variações patrimoniais, estruturação de demonstrações contábeis e divulgação mínima de informações em notas explicativas (CFC, 2012). A elaboração e apresentação das demonstrações contábeis têm como objetivo representar a estrutura e a situação patrimonial e financeira de uma entidade (SLOMSKI *et al.*, 2012).

2.3 O TERCEIRO SETOR

Na sociedade brasileira, existem três setores distintos que operam como diferentes instituições, cada uma com seus próprios objetivos e finalidades; interagindo entre si. O primeiro setor engloba atividades políticas, administrativas, econômicas e financeiras, com o propósito de atender às necessidades básicas da população. O segundo setor consiste em entidades voltadas para o lucro, sem participação pública direta. Por fim, o terceiro setor, fundamentado em princípios de caridade, solidariedade e filantropia, é composto por organizações sem fins lucrativos, dedicadas a preencher lacunas deixadas pelo Estado no que diz respeito ao cumprimento de suas responsabilidades sociais (Araújo, 2009).

O setor em questão figura entre os três principais pilares da atividade social. Esses pilares são representados, primeiramente, pelas instituições governamentais, ou seja, o Estado; em segundo lugar, pelas empresas privadas com fins lucrativos, também conhecidas como mercado; e, por fim, pelo terceiro setor, que é uma fusão de características tanto públicas quanto privadas nas entidades que o compõem (SLOMSKI *et al.*, 2012).

De acordo com Alves Júnior *et al.* (2009) o termo "terceiro setor" é uma tradução do inglês "*third sector*", utilizado nos Estados Unidos da América (EUA) para se referir a organizações sem fins lucrativos (*nonprofit organizations*) ou setor voluntário (*voluntary sector*). Historicamente, conforme destacado por Silva (2010), esse setor surgiu na década de 70 com a função de produzir bens e serviços de interesse público.

O Terceiro Setor, enquanto política governamental no Brasil, teve seu início em 1824, com a carta outorgada pelo Imperador D. Pedro I. Nessa época, embora ainda não formalizado, já havia subsídios governamentais destinados às atividades da Igreja Católica.

Esse interesse inicial se reflete no próprio texto constitucional, que inicialmente priorizava a saúde (socorros públicos) e a educação (instrução primária) (PAES, 2010).

Segundo Albuquerque (2006), o surgimento do terceiro setor é um fenômeno recente, ocorrido nas últimas três décadas, com destaque entre as décadas de 70 e 80. Durante esse período, as organizações sem fins lucrativos aumentaram seu engajamento na busca pelo desenvolvimento e fortalecimento das entidades representativas da sociedade civil, visando equalizar a realidade social e promover tanto direitos individuais quanto coletivos, trazendo um destaque às instituições religiosas que desempenharam um papel essencial no crescimento do terceiro setor no Brasil.

Em se tratando de conceito sobre o Terceiro Setor os autores Resende et al. (2019, p. 25) trazem a seguinte definição para esse setor:

Pode-se conceituar o Terceiro Setor como organizações nem públicas nem privadas, que possuem administração própria, “sem fins lucrativos” aos envolvidos. Essas entidades buscam o bem comum, colocando seus serviços, conhecimentos e disposição em prol de um determinado fim (RESENDE et al., 2019, p.25).

O Terceiro Setor é definido como um conjunto de entidades, organizações ou instituições filantrópicas que operam com autonomia administrativa. Seu principal objetivo é contribuir voluntariamente para o aprimoramento da sociedade civil, conforme destacado por Paes (2006).

Conforme Machado (2010, p. 27-28) explica, o terceiro setor surge como um intermediário entre dois setores principais: o privado, orientado pelo mercado e pela busca de lucro, e o público, responsável pelo governo e pelos serviços essenciais à sociedade, como saúde e educação (apesar de sua eficiência nesses serviços estar em questão). Esse terceiro setor, caracterizado pela autonomia e administração própria, opera de forma voluntária dentro da sociedade civil. Ele mobiliza recursos humanos significativos para promover o desenvolvimento social, preenchendo lacunas deixadas pelo Estado em certas áreas.

Conforme Machado (2010, p. 78), transmitimos uma mensagem clara: ao adentrarmos no estimulante universo do Terceiro Setor como profissionais da contabilidade, é essencial romper com paradigmas e promover a harmonia. É crucial desenvolver uma compreensão profunda do ambiente em que atuamos, especialmente porque lidaremos com um novo tipo de cliente, cujo foco está na 'JUSTIÇA SOCIAL' em vez do 'LUCRO'. O Terceiro Setor é reconhecido como um pilar da democracia. Portanto, entendemos que uma eficiente 'Gestão Contábil para o Terceiro Setor' transcende a mera contabilização de débitos e créditos.

Segundo as ideias de Camargo (2001, p.15-16), a importância do terceiro setor pode ser evidenciada da seguinte forma, observa-se:

Ser Terceiro Setor é mais do que assistir os menores carentes, distribuir donativos natalinos ou agasalhos no inverno, de forma esporádica, paliativa, sem sinergia necessária. Ser Terceiro Setor é atuar como agente transformador social, que, com sua missão ímpar de prestar um benefício coletivo, constrói uma nova consciência caracterizada pela urgência de reverter indicadores sociais paradoxais à grandeza econômica e à diversidade imensa de recursos naturais que detém o Brasil. É combater o paternalismo do Estado e o individualismo social, integrando a sociedade civil com suas próprias problemáticas e soluções. É capacitar o indivíduo, o cidadão, de recursos que o tornem ativo perante as desigualdades.

O Terceiro Setor desempenha um papel essencial na sociedade brasileira, atuando como um elo entre o Estado e o mercado. Seu foco vai além da assistência, promovendo transformação social e capacitação dos indivíduos. Com uma gestão eficiente e integrada, esse setor preenche lacunas deixadas pelo Estado, contribuindo para a justiça social e o fortalecimento da cidadania, consolidando-se como um pilar fundamental da democracia no Brasil.

2.4 A IGREJA NO TERCEIRO SETOR

As entidades religiosas são consideradas parte do terceiro setor, não se dedicando primariamente a atividades econômicas, embora possam realizar atividades sociais. Seu principal propósito é promover o bem-estar de seus membros e facilitar a prática da fé. Essas entidades, de natureza privada, são formadas pela união de indivíduos com objetivos comuns, geralmente centrados em cultos de adoração e doutrina. Elas possuem dogmas éticos, rituais, locais sagrados e símbolos que as caracterizam como instituições religiosas (Manoel *et al.*, 2022).

Quando se trata das igrejas, algumas características singulares se destacam; tais como: a ausência de lucro como objetivo principal, a obtenção de recursos por meio de doações, vendas de produtos, subvenções, entre outras fontes. Além disso, é importante ressaltar que o patrimônio pertence à organização e não aos seus membros individualmente, e que as igrejas desfrutam de isenções e imunidades previstas na legislação brasileira. Observa-se também que, geralmente, a administração é democrática, não sendo responsabilidade do administrador buscar lucros para a organização, mas sim promover seu propósito social como razão de existência (Ribeiro *et al.*, 2018).

Assim sendo, as organizações religiosas são entidades jurídicas compostas por indivíduos unidos com o propósito de realizar atividades relacionadas à religiosidade e à

prática da fé. Estas atividades não têm como objetivo o lucro e frequentemente são direcionadas para o bem da coletividade (França *et al.*, 2015).

A principal característica de uma organização religiosa é sua composição por indivíduos que praticam e professam uma religião, crença ou espiritualidade, envolvendo-se em atividades como meditação, oração e outras práticas conforme sua escolha pessoal. Para estabelecer tais organizações, é requerido designar pelo menos dois cargos diretivos. Adicionalmente, é necessário elaborar uma lista dos presentes na assembléia de fundação, juntamente com o estatuto social anexado ao livro de atas. Um passo crucial é a publicação de um edital informando a data da assembléia e da eleição da diretoria. Além disso, é fundamental elaborar o documento para registro junto ao Cartório de Registro de Pessoa Jurídica (Vesco *et al.*, 2020).

Mário *et al.*, (2013) elucidam as diferentes classificações comuns das entidades que integram o terceiro setor, as quais geralmente apontam para os propósitos pelos quais foram estabelecidas. Isso é especialmente relevante considerando a variedade de áreas que demandam atenção e assistência no contexto social. A exemplo:

As organizações do Terceiro Setor são normalmente classificadas de acordo com as atividades que exercem, e em conformidade com a International Classification of Non-profit Organizations, as mesmas são classificadas em grupos como: a) Cultura e Recreação; b) Educação e Pesquisa; c) Saúde; d) Serviços Sociais; e) Meio Ambiente; f) Desenvolvimento e Habitação; e assim por diante (MÁRIO *et al.*, 2013, p. 67).

É importante notar que a igreja no terceiro setor também enfrenta desafios, como a gestão eficaz dos recursos, a transparência na prestação de contas e a manutenção de sua relevância e impacto na comunidade em constante mudança.

A igreja desempenha um papel vital no terceiro setor, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da comunidade por meio de suas atividades sociais, espirituais e comunitárias.

2.5 A IGREJA E A CONTABILIDADE

As próprias organizações sem fins lucrativos reconhecem a necessidade de gestão, mesmo não visando lucro convencional. Elas entendem a importância de aprender a utilizar ferramentas contábeis para não serem dominadas por elas. Compreendem que a gestão é essencial para que possam manter o foco em sua missão (Santos, 2010).

Estudos sobre a prática contábil em Igrejas Católicas e em outras organizações religiosas são limitados, conforme mencionado por Booth (1993), o que representa uma lacuna significativa para a comunidade científica, dada sua relevância organizacional, abrangendo diversos países e sua influência na sociedade. Silva (2017) ressalta que o preconceito e o distanciamento são fatores cruciais que contribuem para a escassez de pesquisa científica nessa área.

A contabilidade, embora tenha uma orientação predominantemente mercadológica e econômica, tem a capacidade de interagir e enriquecer-se com todos os contextos interessados na mensuração do patrimônio, incluindo a Igreja e outras organizações religiosas. Essas entidades, com suas crenças, história e estruturas, desempenharam um papel fundamental no surgimento e desenvolvimento da contabilidade (Silva, 2017).

O estudo da contabilidade em instituições eclesásticas não se limita apenas à compreensão das diversas práticas contábeis de prestação de contas e controle interno presentes nesses ambientes, mas o contador tem a grande responsabilidade de gerir a instituição igreja, com a elaboração de relatórios financeiros regulares, registros e monitoramento de todas as receitas, que incluem ofertas e doações, despesas fixas e variáveis, e assegurar o procedimento correto para todas as transações financeiras..

Conforme Marques e Lira (2009), durante a Alta Idade Média, a Igreja Católica, a exemplo, foi a única instituição a manter e transmitir práticas de administração e controle patrimonial em suas escolas. Isso se deu em parte pela extensa riqueza acumulada por meio de doações, dízimos e territórios, como os estados pontifícios na península itálica..

Por isso, a contabilidade aplicada às igrejas e entidades do terceiro setor, mesmo estas não visando lucro, é importante, devido que essas organizações que dependem das informações contábeis para que os usuários, voluntários e doadores compreendam a gestão dos recursos. Isso garante maior transparência e confiabilidade na administração dos recursos.

2.6 IGREJA E EVIDENCIAÇÃO DO TERCEIRO SETOR

De acordo com Portulhak, Delay e Pacheco (2015), a prestação de contas é uma ferramenta que confere legitimidade às ações realizadas pelos agentes, aumentando a confiabilidade em relação à gestão de uma organização.

As igrejas, enquanto organizações sem fins lucrativos têm o compromisso de manter a transparência financeira diante de seus membros, doadores e autoridades governamentais. Nesse contexto, a contabilidade desempenha um papel central na garantia dessa prestação de contas, assegurando que os recursos sejam geridos de maneira ética e alinhada aos propósitos da instituição.

De acordo com Silveira e Borba (2012), a evidenciação contábil é frequentemente a principal e, em muitas organizações, a única maneira de demonstrar à sociedade o valor social de suas atividades. Portanto, a adequação da evidenciação contábil por parte das entidades do terceiro setor pode ser vista como um indicador de transparência dessas organizações, fornecendo informações essenciais para angariar apoio da sociedade.

O fato de as organizações religiosas terem uma finalidade não lucrativa não implica que elas não busquem um resultado positivo. Elas enfrentam diversos compromissos, como a manutenção das instalações, despesas com serviços básicos (energia elétrica, água, telefone), aquisição de utensílios, móveis e equipamentos eletrônicos, pagamento de salários e benefícios aos funcionários, entre outros gastos operacionais e despesas relacionadas aos objetivos religiosos e assistenciais. Para atender a essas demandas, é necessário contar com recursos financeiros, que geralmente são provenientes dos fiéis, por meio da captação de recursos através de duas principais fontes: os dízimos e as ofertas voluntárias (Bernardo, 2010).

A contabilidade dentro das igrejas requer a manutenção de registros financeiros detalhados e precisos. Isso abrange o registro de doações, dízimos, ofertas, despesas operacionais, investimentos e outros fluxos de entrada e saída de recursos financeiros. Ela é também responsável por auxiliar na elaboração de orçamentos e planejamentos financeiros que envolvem receitas e despesas, assim como a alocação de recursos para projetos e programas com a comunidade.

As igrejas não possuem uma legislação exclusiva para regulamentar sua prestação de contas, utiliza-se então, como base, a ITG 2022 (R1) – ENTIDADES SEM FINALIDADE DE LUCRO, a qual “estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de

reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro” (ITG 2022 (R1)).

Além dessa Interpretação Técnica, são aplicados os Princípios de Contabilidade e a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas ou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) completas que não foram abordadas pela interpretação da ITG 2022 (SANTOS, Milca, 2021).

Ainda segundo a interpretação citada anteriormente, as demonstrações contábeis, que devem ser elaboradas pela entidade sem finalidade de lucro, são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas, conforme previsto na NBC TG 26 ou na Seção 3 da NBC TG 1000, quando aplicável (ITG 2022 (R1), p.3).

Estas, porém, apresentam algumas particularidades em comparação com as demonstrações gerais de empresas com finalidades lucrativas. A exemplo:

No Balanço Patrimonial, a denominação da conta Capital deve ser substituída por Patrimônio Social, integrante do grupo Patrimônio Líquido. No Balanço Patrimonial e nas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, as palavras lucro ou prejuízo devem ser substituídas por superávit ou déficit do período. Na Demonstração do Resultado do Período, devem ser destacadas as informações de gratuidade concedidas e serviços voluntários obtidos, e divulgadas em notas explicativas por tipo de atividade. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, as doações devem ser classificadas nos fluxos das atividades operacionais. - ITG 2002 (R1)

As indispensáveis atribuições da prestação de contas da instituição sem fins lucrativos — igreja — compreendem a criação de relatórios financeiros que demonstrem as especificidades das receitas e despesas, assegurando que cada operação seja devidamente registrada. É imprescindível que a instituição mantenha uma documentação pertinente e preserve uma comunicação compreensível e concisa, evitando mal-entendidos, através de encontros constantes. Isso é primordial para estimular a confiança e a clareza na administração da igreja.

Quando cumpridas as atribuições legais, as entidades sem fins lucrativos são capazes de obter imunidade ou isenção. Quando se fala de imunidade, ela é concedida pela Constituição Federal, enquanto a isenção é conferida pelas leis ordinárias, sendo aplicada uma ou outra em conformidade com o caso específico da pessoa jurídica em questão .

No caso das organizações religiosas, elas são submetidas às obrigações acessórias, as quais, segundo a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN, art. 113, parágrafo 1, são “obrigação que decorrem da legislação tributária e têm por objeto as prestações, positivas ou negativas, previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.” Ou seja:

As obrigações acessórias são declarações que devem conter informações sobre a instituição, com finalidade de informar ao governo, independente de sua esfera, todas as indicações sobre sua movimentação de receita, quais os impostos apurados, dados acerca do quadro de funcionários, seus rendimentos e encargos, dentre outras referências que são geradas através delas. Manoel, et al., (2022, p.16)

De acordo com os autores citados anteriormente, o conceito abordado foi no âmbito geral; porém, especificamente em relação às igrejas, assim como outras organizações do terceiro setor, essas entidades também se beneficiam de incentivos fiscais, desfrutando de imunidade de certos impostos, conforme garantido pela Constituição Federal em seu artigo 150 (BRASIL, 1988). Este artigo veda qualquer jurisdição do país de instituir impostos sobre templos de qualquer culto, uma disposição reiterada pelo Código Tributário Nacional (CTN), lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (BRASIL, 1966). Portanto, essa garantia constitucional impede que os poderes tributários, como União, Estados ou Municípios, cobrem impostos sobre entidades específicas, pessoas ou circunstâncias específicas (Oliveira; Romão, 2011).

Com base nessas afirmações, nota-se que as igrejas se tornam imunes em relação aos impostos, não tendo a obrigatoriedade de seu pagamento; contudo, isso não isenta a prestação de contas que precisam ser entregues por meio de declarações específicas, em conformidade com o parágrafo 2 do artigo 113 do CTN, com a finalidade de confronto das informações a respeito da arrecadação e fiscalização dos tributos (Manoel *et al.*, 2022, p. 17).

Para uma melhor compreensão, segundo o mesmo autor, as declarações que devem ser entregues pelas igrejas são a ECF (Escrituração Contábil Fiscal), ECD (Escrituração Contábil Digital), EFD Contribuições (Escrituração Fiscal Digital da Contribuição), DIRF (Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte), DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), RCPI (Recibo de Pagamento do Contribuinte Individual)

Com isso, percebe-se a importância da entrega das declarações citadas acima como meio para que as igrejas se encontrem de forma regular e tenham suas obrigações cumpridas, evitando, assim, que ocorram penalidades para a instituição.

No entanto, o não cumprimento das obrigações acessórias acarretará penalidades pecuniárias, que podem gerar multas. Estas podem variar de valor dependendo do caso específico. As punições para a falta de entrega das declarações podem ocorrer de forma mensal ou anual, dependendo da obrigação que estiver pendente.

Além de multas, outra penalidade que pode ocorrer são implicações judiciais, que podem levar à inativação do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, e, também, podem atribuir os débitos dos impostos aos responsáveis legais da instituição, podendo resultar, em um nível mais severo, em uma acusação de sonegação fiscal, sujeitando os responsáveis a serem intimados ou até presos, com penas variando de seis meses a dois anos, segundo Manoel *et al.* (2022).

As organizações religiosas, por serem reconhecidas como entidades sem fins lucrativos, desfrutam de importantes benefícios fiscais, os quais são essenciais para sua manutenção e operação. A imunidade tributária, prevista no artigo 150 da Constituição Federal, é um dos principais pilares que garantem a essas instituições a não incidência de impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços relacionados às suas atividades essenciais. Essa disposição reflete o reconhecimento da importância social e espiritual que as igrejas exercem na sociedade, permitindo que direcionem recursos para suas finalidades religiosas e assistenciais, sem a pressão de encargos tributários (Rozolem, 2021).

Além da imunidade, as igrejas podem também se beneficiar de isenções fiscais, que são aplicáveis a impostos específicos, conforme regulamentação local e nacional. Essas isenções geralmente exigem que as entidades comprovem sua natureza sem fins lucrativos e que suas atividades estejam voltadas ao bem comum. Por exemplo, pode-se observar que algumas legislações estaduais ou municipais oferecem isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) para templos religiosos, desde que estejam devidamente registrados e cumpram com as exigências legais pertinentes (Silva, Cerewuta, 2022).

Entretanto, mesmo com as garantias de imunidade e isenção, as igrejas não estão desobrigadas de prestar contas sobre a utilização dos recursos que recebem. A transparência financeira é um elemento fundamental para o fortalecimento da confiança da comunidade e dos fiéis. A prestação de contas abrange a divulgação de informações sobre a origem e a destinação dos recursos financeiros, permitindo que a congregação e a sociedade em geral possam acompanhar a gestão da instituição. Isso é especialmente relevante em um contexto onde a captação de recursos se dá por meio de doações, dízimos e ofertas voluntárias (Bernardes, 2021).

Em casos extremos, a falta de cumprimento das obrigações fiscais pode levar a acusações de sonegação fiscal. Essa prática é tipificada na legislação brasileira e pode resultar em sanções criminais para os responsáveis legais da entidade. As penas para a sonegação fiscal variam de seis meses a dois anos de detenção, dependendo da gravidade da infração, e podem incluir multas adicionais (Gimenes, 2021).

Dessa forma, a prestação de contas nas igrejas não é apenas uma exigência legal, mas uma responsabilidade ética e moral que deve ser encarada com seriedade. O cumprimento rigoroso das obrigações fiscais e a transparência na gestão dos recursos são fundamentais para que as instituições religiosas mantenham sua credibilidade e continuem a cumprir suas missões (Gimenes, 2021).

A adoção de práticas contábeis adequadas, aliadas a uma comunicação eficaz com os membros da comunidade, é essencial para assegurar a confiança dos fiéis e garantir a continuidade das atividades religiosas. Portanto, as igrejas devem se esforçar não apenas para usufruir de seus direitos tributários, mas também para honrar sua responsabilidade social, assegurando que suas atividades estejam sempre alinhadas ao bem-estar da comunidade que servem.

3. METODOLIGIA

A metodologia escolhida para a elaboração deste trabalho foi a pesquisa qualitativa, realizada através do envio de um formulário elaborado no *Google Forms* no período de 15 de outubro a 04 de novembro, o qual foi aplicado em igrejas evangélicas, com uma amostra de 5 igrejas diferentes, sendo 9 pessoas entrevistadas que exerciam a função de tesoureiro (a), administrador (a) ou pastor (a). Tal metodologia é relatada como um estudo que utiliza dados para a resolução da pergunta norteadora e a validação das hipóteses (Denzin e Lincoln, 2006).

3.1 Tipo de estudo

Este estudo é do tipo qualitativo e prospectivo. A abordagem qualitativa permite compreender e explorar a subjetividade e as percepções dos participantes em relação ao gerenciamento contábil e à prestação de contas nas igrejas evangélicas. Um estudo prospectivo se caracteriza pelo acompanhamento e coleta de informações de um grupo específico, com o objetivo de identificar tendências e características em um público-alvo determinado, conforme definido por Ruthes, Nascimento e Souza (2005). Neste contexto, buscou-se conhecer o perfil e as ferramentas utilizadas por igrejas evangélicas para administrar suas práticas contábeis.

3.2 Local de estudo

A pesquisa foi realizada de forma *online*, utilizando a plataforma *Google Forms*. A opção por utilizar um formulário *online*, teve como principal objetivo facilitar o acesso e a participação dos respondentes, considerando as eventuais dificuldades de deslocamento e a limitação de tempo dos participantes. Essa abordagem permitiu que as pessoas respondessem ao questionário no momento mais conveniente e a partir de qualquer local com acesso à internet, aumentando a taxa de adesão e ampliando a diversidade da amostra. Além disso, o uso do formato digital possibilitou uma coleta de dados mais rápida e eficiente, permitindo a análise dos resultados de forma mais ágil e organizada.

3.3 População do estudo

O público-alvo incluiu indivíduos que ocupam cargos relacionados à administração e finanças em igrejas evangélicas, como pastores, ministros do evangelho, responsáveis pelos setores administrativos e financeiros, e tesoureiros. Estes participantes foram escolhidos por seu envolvimento direto com o gerenciamento financeiro das igrejas, oferecendo uma perspectiva prática sobre as práticas contábeis adotadas. Para estes, foi enviado o questionário para os contatos próximos e encaminhado para outras Igrejas, para assim ter um alcance maior. E o quantitativo adquirido foi de uma representatividade dessas solicitações.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Os critérios de inclusão englobaram pessoas que ocupavam qualquer cargo ou função relacionada à administração financeira das igrejas evangélicas, independentemente de sua posição específica na hierarquia eclesial. Não foram incluídos indivíduos que não possuíam envolvimento com a gestão de finanças ou contabilidade de igrejas.

3.5 Números de registros observados

O estudo foi composto por uma amostra de nove participantes de igrejas evangélicas, representando funções diversas e denominações variadas. Essa amostra proporcionou uma visão heterogênea do gerenciamento contábil nas igrejas, levando em consideração diferentes abordagens e práticas adotadas por cada denominação.

3.6 Procedimentos Éticos

Para assegurar a privacidade e o anonimato dos participantes, o questionário não incluiu perguntas que pudessem identificar diretamente os respondentes. Todas as informações foram tratadas de forma confidencial, e os dados foram utilizados exclusivamente para fins de pesquisa.

3.7 Instrumentos de coleta

Os dados foram coletados por meio de um questionário online, composto por 23 perguntas, distribuídas da seguinte forma:

- Perguntas abertas para respostas curtas: Permitiram que os participantes expressassem opiniões e práticas com maior liberdade.
- Perguntas fechadas de escolha única: Ofereceram respostas mais objetivas sobre aspectos específicos do gerenciamento contábil.
- Perguntas de múltipla escolha: Permitiram uma visão mais completa sobre as ferramentas e práticas utilizadas, dando aos participantes a opção de selecionar várias alternativas.
- Perguntas de caixa de seleção para múltiplas respostas: Facilitaram a coleta de informações sobre diferentes métodos e recursos empregados simultaneamente.

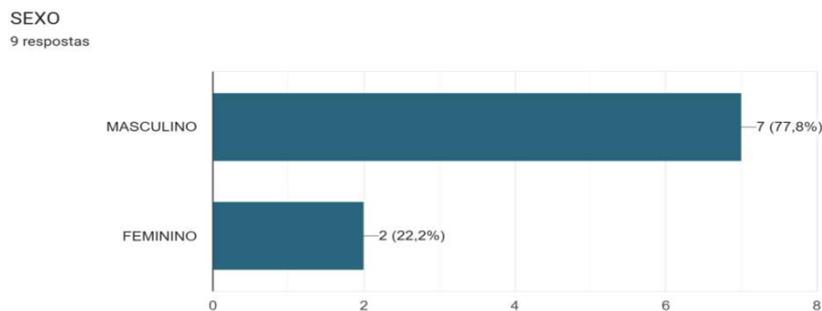
4. ANÁLISE DE DADOS

Os resultados serão expostos conforme a ordem os quais foram apurados no questionário aplicado. Os dados foram divididos em três seções: perfil dos entrevistados, perfil da igreja e informações sobre a contabilidade e prestação de contas. Com a análise dos dados obtidos através dos entrevistados, buscou entender o nível de entendimento das práticas contábeis e de prestação de contas, que são realizados pelas igrejas, já que são consideradas instituições de terceiro setor.

4.1 – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

A amostra estudada foi composta por 9 participantes de instituições religiosas, porém de congregações diferentes. Dos entrevistados 7 eram do sexo masculino, contando apenas com 2 do sexo feminino (Gráfico 1)

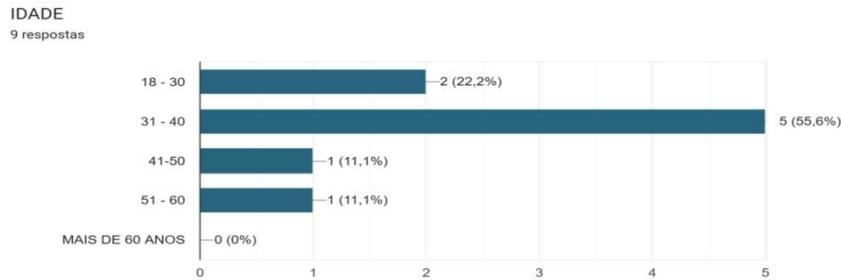
Gráfico 1 - Sexo



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

A idade do grupo voluntário variou, todavia o maior percentual 55,6 % (5 pessoas) foi composta por idades entre 31 e 40 anos. (Gráfico 2)

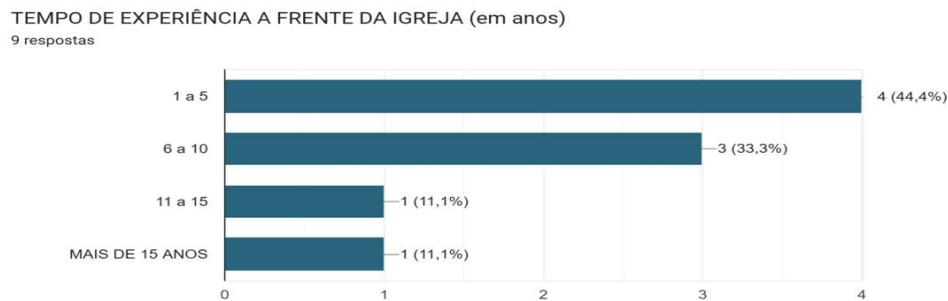
Gráfico 2 - Idade



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Quanto ao tempo de experiência frente à igreja 4 pessoas responderam que ocupavam a função num intervalo de 1 a 5 anos, seguido de 3 que atuavam entre 6 e 10 anos, 1 respondeu que entre 11 e 15 anos e 1 mais de 15 anos. (Gráfico 3)

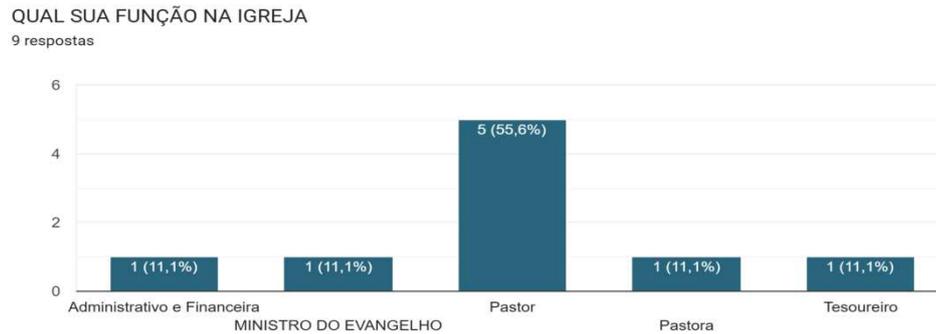
Gráfico 3 - Tempo de experiência a frente da Igreja



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

A amostra foi composta por 5 pastores, 1 pastora, 1 ministro do evangelho, 1 componente do setor administrativo e financeiro e 1 tesoureiro, o que demonstra que os principais envolvidos no gerenciamento de prestação de contas, são os líderes representantes das instituições. (Gráfico 4)

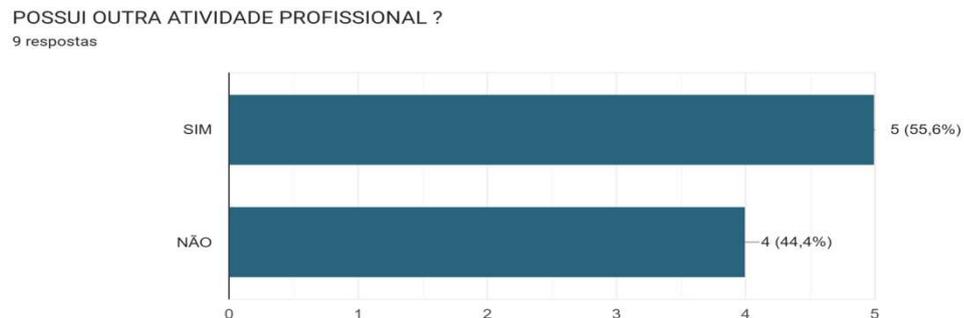
Gráfico 4 - Qual a função na Igreja



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Entre os participantes, 5 pessoas relataram possuir outra atividade além da exercida na igreja e 4 relataram que não. (Gráfico 5)

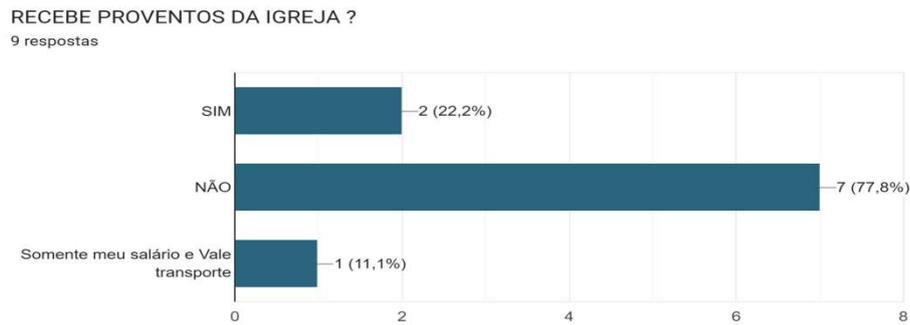
Gráfico 5 - Possui outra atividade profissional ?



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Quanto ao recebimento de proventos, 7 participantes relataram não receberem tal benefício da Igreja e um desses justificou que recebe seu salário e vale transporte, mas esclarecendo que não tem haver com a instituição, e 2 participantes responderam que recebiam proventos. (Gráfico 6). Valendo ressaltar que dentre os entrevistados, todos responderam que não são registrados como funcionários das entidades religiosas. (Gráfico 6)

Gráfico 6 - Recebe proventos da Igreja ?



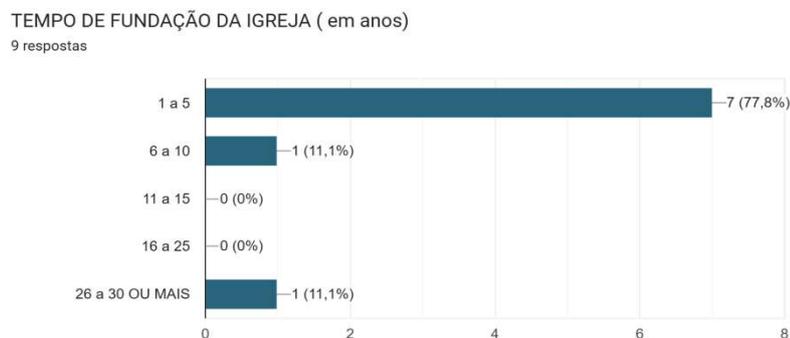
Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Com relação ao nível de instrução da amostra, 3 relataram possuir o ensino médio, 2 uma pós/MBA, 1 fundamental, 1 mestrado, 2 ensino superior

4.2 – PERFIL DA IGREJA

Com relação ao tempo de fundação das igrejas, foi investigado e com base nos resultados cotados , a maioria da amostra, ou seja , 77,8% (7 participantes) , responderam que havia sido fundada entre 1 a 5 anos ; 1 participante entre 6 a 10 anos, e 1 entre 26 a 30 ou mais anos. O que nota-se que as igrejas entrevistadas em sua maioria, são relativamente “novas” . (Gráfico 7)

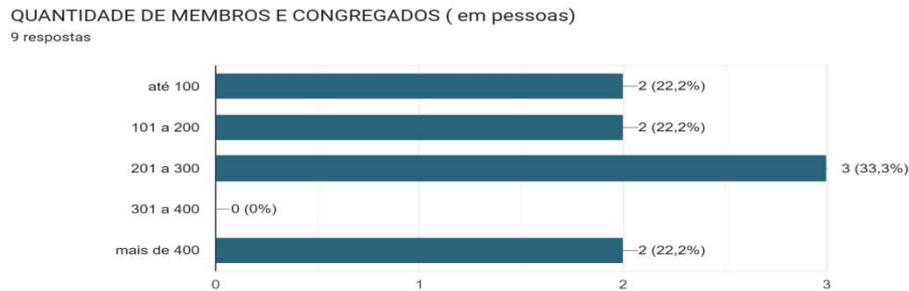
Gráfico 7 - Tempo de fundação da Igreja



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

No tocante ao quantitativo de membros 3 participantes responderam que possuíam entre 201 a 300 membros, 2 participantes responderam que entre 101 e 200 membros , 2 participantes mais de 400 membros e 2 participantes até 100 membros. (Gráfico 8)

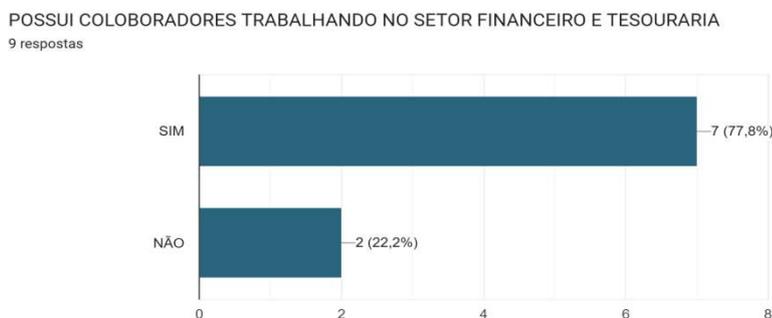
Gráfico 8 - Quantidade de membros



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Com relação à presença de colaboradores trabalhando no setor financeiro e tesouraria das igrejas 7 integrantes responderam que contavam com esse auxílio e 2 não. (Gráfico 9)

Gráfico 9 - Possui colaboradores trabalhando no setor financeiro e tesouraria ?



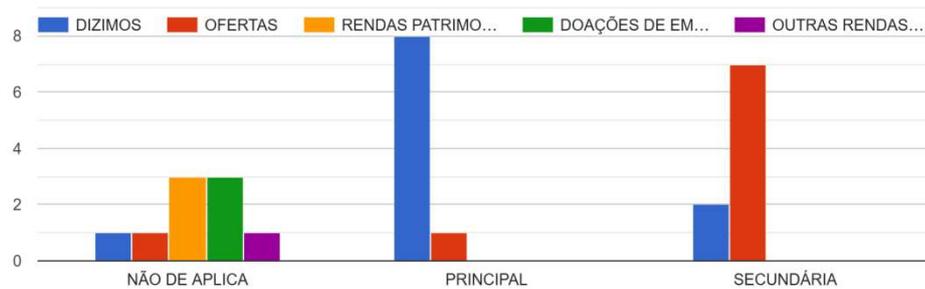
Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Sobre os tipos de receitas recebidos pela igreja houve a divisão entre as principais, secundárias e as que não se aplicam. Com base nos resultados, 8 entrevistados informaram que o dízimo é a principal forma de receita e 1 participante considera as ofertas como tal . Já as receitas secundárias foram consideradas as ofertas com 7 pessoas assinalando e 2 para as ofertas. No que se refere as que não se aplicam como receitas , assinalaram : 1 para o dízimo , 1 para ofertas , 3 para rendas patrimoniais , 3 em doações de empresas do Governo e 1 para

outras rendas. É importante destacar que eles puderam escolher mais de uma opção. (Gráfico 10)

Gráfico 10 - Tipos de receitas

TIPOS DE RECEITAS



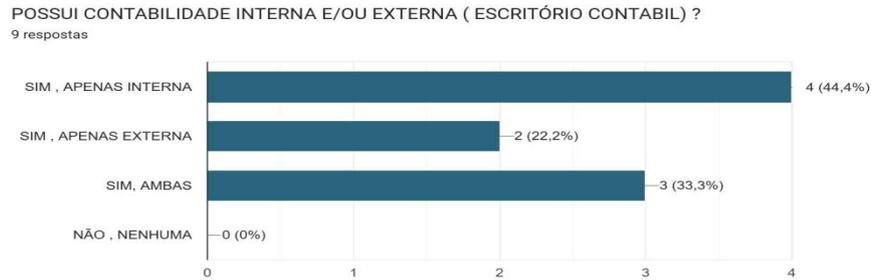
Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

As entradas de tais recursos financeiros nas igrejas constituem um capital social especial que é nomeado de capital espiritual, por ter origem religiosa (Serafim e Andion, 2010). A entrada de tal capital financeiro é o responsável pela manutenção das atividades da igreja, e o entendimento sobre a origem das fontes é relevante tanto para atender as carências da instituição quanto para o registro da contabilidade dando transparência a prestação de contas, quando solicitada.

4.3 SOBRE A CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O questionário também indagou sobre os registros de entrada e saída de proventos das igrejas e foi unânime (ou seja, os 9 participantes) que todas as instituições possuíam os registros de fluxo de caixa, com relação a possuir contabilidade interna e/ou externa em escritório contábil 4 responderam que havia apenas interna, 3 responderam que havia interna e externa e 2 que apenas externa. (Gráfico 11)

Gráfico 11 - Possui contabilidade interna e / ou externa?



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Sobre como são feitos os registros financeiros e escrituração contábil 8 responderam que são através de planilhas eletrônicas, 3 utilizavam anotações e livros físicos, 2 a contabilidade externa faz tudo e 1 que se utiliza de sistemas de informações específicos. Vale ressaltar, que nesta questão os participantes poderiam marcar mais de uma opção. (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Como são feitos os registros financeiros e escrituração contábil?



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

O registro da instituição religiosa em cartório é uma exigência estabelecida pelo artigo 44 do Código Civil no inciso IV que estabelece que as organizações religiosas sejam pessoa jurídica de direito privado e que há a necessidade da obrigatoriedade do seu registro em cartório (Sales, 2013)

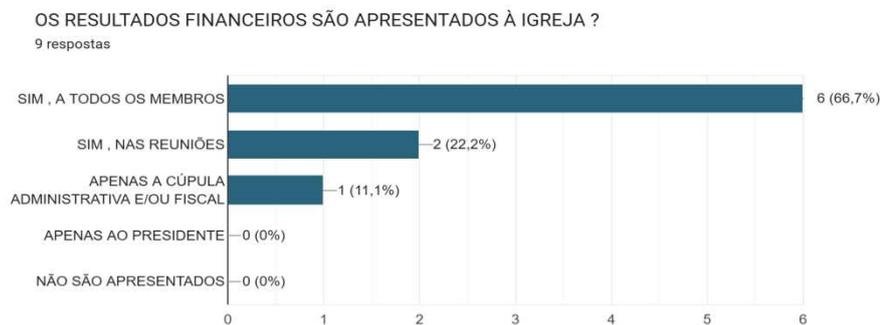
Assim é importante enfatizar que a variedade de métodos utilizados para o controle de gastos e a contabilidade representa um compromisso da igreja com a organização financeira e a conformidade legal seguindo critérios estabelecidos pela ITG 2002 (R1) do Conselho

federal de contabilidade que tem a responsabilidade de regular a contabilidade e fornecer serviços para entidades do terceiro setor onde estão incluídas as igrejas (CTC, 2015).

Corroborando com o autor citado anteriormente, Bernades (2021) diz que tal serviço é importante e que as igrejas que utilizam escritórios contábeis externos demonstram disposição para assegurar conformidade fiscal e legal colaborando para a legitimidade institucional e credibilidade diante da sociedade.

Com relação aos resultados financeiros serem apresentados à igreja, 6 responderam que sim e a todos os membros, 2 que sim, nas reuniões e 1 apenas a cúpula administrativa e/ou fiscal. Ainda é importante destacar que todos os entrevistados ainda relataram que a prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham a obra. A apresentação dos resultados financeiros, segundo Atan *et al.*, (2012), é considerada como um pilar para a manutenção da credibilidade e o favorecimento da criação de vínculo de confiança com a comunidade. (Gráfico 13)

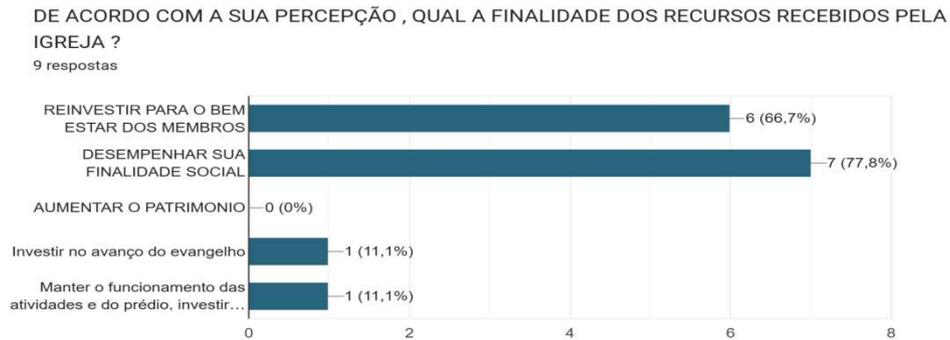
Gráfico 13- Os resultados financeiros são apresentados à Igreja?



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Com relação à percepção individual dos administradores e líderes, foi questionado sobre a finalidade dos recursos recebidos pela igreja, 6 responderam que reinvestir para o bem estar dos membros, 7 que para desempenhar sua finalidade social, e ainda 2 responderam de forma aberta : 1 investir no avanço do evangelho e 1 manter o funcionamento das atividades e do prédio, investir em ações sociais e no avanço da pregação do evangelho. Vale observar que essa questão era de múltiplas escolhas e uma breve resposta aberta. (Gráfico 14)

Gráfico 14 - De acordo com a sua percepção, qual a finalidade dos recursos recebidos pela Igreja ?



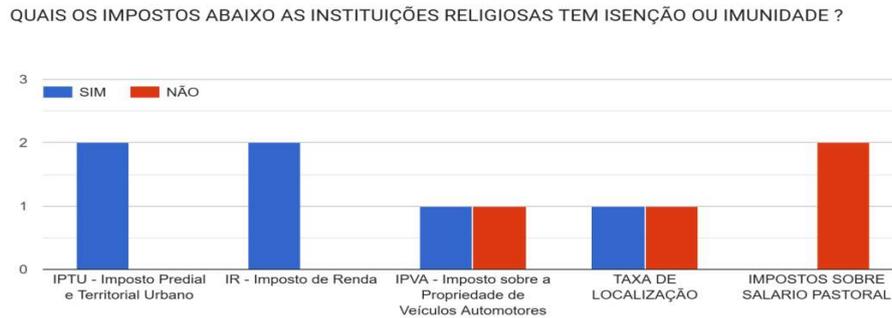
Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

Segundo a pesquisa realizada por Ribeiro *et al.*, (2018), a atitude de transparência relacionada as práticas contábeis permite que as igrejas consolidem a relação com a comunidade e garanta que a colaboração dos fieis seja aplicada conforme os objetivos institucionais.

Com relação ao pagamento de tributos por parte da igreja, mais da metade dos entrevistados (7 participantes) responderam que não pagam tributos ao estado e 2 relataram que fazem tal pagamento. Quanto sobre o conhecimento sobre quais tributos que eram pagos 1 participante respondeu que não lembrava a nomenclatura, 1 relatou que apenas o IPTU, mas buscaram por isenção de tal imposto, e 7 responderam que não pagavam.

Quando questionados sobre possuírem conhecimento sobre as imunidades, isenções e benefícios fiscais possuídos pela igreja houve unanimidade sobre o conhecimento de tais informações. Com base nisso, eles responderam quais impostos tem ou não isenção ou imunidade : 2 participantes informaram que sim sobre a isenção do IPTU , assim como 2 sobre o Imposto de Renda, 1 sim e 1 não sobre o IPVA e 1 sim e 1 não sobre a taxa de localização, e 2 que não tem isenção para impostos sobre salário pastoral ; a outra parcela da amostra não respondeu. É importante destacar que nessas questões os participantes tiveram a oportunidade de escolher mais de uma alternativa, porém a maioria marcou apenas uma alternativa.

Gráfico 15 – Quais os impostos as instituições religiosas tem Isenção ou imunidade?



Fonte: Elaborado a partir dos dados da coleta

O conhecimento sobre os direitos assegurados a igreja são garantidos pela Constituição Federal, e tal entendimento dá o direito da instituição destinar tais recursos em atividades sociais e espirituais voltadas para os membros e a comunidade (Brasil, 1988). Concordando com o exposto anteriormente Silva e Cerewuta (2022) enfatizam que o conhecimento sobre imunidades fiscais é importante para a maximização da atuação da igreja sem o comprometimento do orçamento com tributos desnecessários, mostrando ser relevante ter orientação contábil não apenas para o controle de recursos, mas também para assegurar a imunidade para a igreja diante das imunidades previstas e a preservação da sustentabilidade financeira do órgão.

O conhecimento sobre a isenção é um fator fiscal que tem sua dispensa sobre o pagamento de tributos em consequência de seu fator gerador, instituições que possuem tal direito devem estar escritas dentro dos pré-requisitos registrados na lei ordinária, principalmente no CTN, pois caso contrário tal imunidade, por ser um favor pode ser retirado da instituição a qualquer momento (Silva; Soares; Anjos, 2016).

Assim, é indispensável que as igrejas tenham seus registros financeiros registrados de forma rigorosa e estruturados contendo informações detalhadas sobre as receitas, despesas, investimentos e doações, contando com o desenvolvimento de relatórios financeiros regulares, contendo balanços patrimoniais e demonstração de resultados, tendo tais documentos como uma ferramenta de comunicação com a igreja e como garantia da boa gerencia dos recursos (Bernardes, 2021), pois, o não cumprimento de tais obrigações pode levar a igreja a sofrer penalidades financeiras como multas que variam de acordo com a infração, o tempo de atraso e a legislação específica aplicável, e acarretar o surgimento de um fardo financeiro considerável para a igreja (Rozolem, 2021).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu aprofundar a análise sobre a importância da contabilidade no terceiro setor, com ênfase nas igrejas, evidenciando como a transparência na gestão financeira é essencial para o fortalecimento institucional e para a confiança da comunidade e dos doadores. As igrejas, além de desempenharem um papel espiritual, realizam diversas atividades sociais e comunitárias. Para que possam sustentar essas atividades de forma eficiente e responsável, a adoção de práticas contábeis bem estruturadas e alinhadas às normas vigentes torna-se imprescindível.

No terceiro setor, do qual as igrejas fazem parte, a contabilidade não se resume apenas a registrar entradas e saídas financeiras. Sua função é garantir que os recursos sejam geridos com eficiência e direcionados para o cumprimento das finalidades da instituição, assegurando a sustentabilidade e a continuidade das suas atividades. Além disso, a prestação de contas clara e precisa é fundamental para demonstrar à sociedade e aos órgãos fiscalizadores o compromisso da entidade com a ética e a transparência.

Com a contabilidade aplicada às igrejas, mostra a sua função em fortalecer a relação de confiança entre a instituição e seus membros. A clareza sobre a destinação dos recursos, obtidos principalmente por meio de dízimos, ofertas e doações, é um fator essencial para manter o apoio contínuo da comunidade. A transparência financeira e a prestação de contas regulares não apenas garantem a credibilidade da igreja, mas também estimulam o engajamento dos fiéis e colaboradores em projetos sociais e comunitários promovidos pela instituição.

É perceptível que as Igrejas, assim como outras instituições possuem obrigações legais e particulares em benefícios fiscais, tais como imunidades e isenções, mas para usufruir disso, é necessário que os gestores tenham o conhecimento adequado e iniciativas de gestão que possibilite lograrem dos seus direitos e assim maximizar sua gerencia.

Por fim, é possível afirmar que a contabilidade é uma ferramenta indispensável para a sustentabilidade e a eficiência das igrejas no terceiro setor. Além de cumprir uma função técnica e legal, a contabilidade tem um papel estratégico ao proporcionar informações precisas e oportunas para a gestão, facilitando o planejamento, a execução e a avaliação das atividades realizadas. A transparência na gestão dos recursos e a prestação de contas adequada são fundamentais para que essas instituições mantenham sua credibilidade e continuem a promover o bem-estar da comunidade.

Dessa forma, espera-se que este trabalho contribua não apenas para ampliar o conhecimento acadêmico sobre o tema, mas também para inspirar gestores de instituições religiosas a adotarem práticas contábeis mais estruturadas e eficazes. A correta aplicação da contabilidade pode ser um diferencial na gestão das igrejas, auxiliando-as a enfrentar os desafios de um contexto social e econômico em constante mudança e, ao mesmo tempo, consolidar sua missão de impacto espiritual e social na sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, A.P. **Assessoria de Imprensa e Terceiro Setor: Um improvável encontro.** 2010. 90f. Monografia (Especialização pelo Curso Assessoria, Gestão da Comunicação e Marketing) -Departamento de Comunicação Social, Universidade de Taubaté, São Paulo. Disponível em <<http://revistas.unitau.br/ojs-2.2/index.php/humanas/article/viewFile/1523/1068>> Acesso em: 12 mar 2024.

ALBUQUERQUE, C. C. A. **Terceiro Setor: História e Gestão das Organizações.** São Paulo: Summus, 2006.

ALVES JUNIOR, M. D.; FARIA, M. V. C. M.; FONTENELE, R. E. S. **Gestão nas ARAÚJO, D.M.C.A contabilidade no Mosteiro de Santa Ana de Viana do Castelo nos Séculos XVIII e XIX.** Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Lisboa, Portugal, 2010.

ARAÚJO, O. C. **Contabilidade para Organizações do Terceiro Setor.** São Paulo; Atlas, 2009.

ATAN, R.; ZAINON, S.; WAH, Y.B. **Quality information by charity organizations and its relationship with donations.** In: Conference on Business administration, 2012. Cambridge. Proceedings... 6º WSEAS Conferência Internacional em Administração de Negócios, Harvard, 2012.

BERNARDES, Luis Claudio. **A Imunidade Tributária dos Templos Religiosos e o Caminho Para uma Governança Eficiente.** Autografia, 2021.

BERNARDO, J.J. **Controle financeiro: Métodos utilizados por uma organização religiosa.** 2010. 92 f. Monografia - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BOOTH, P, **Accounting in churches: A research framework and agenda.** *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v.6, n.4, p. 0-0. 1993.

BORREGUERO, J.J.H. La elección del método contable: el caso del Cabildo Catedral de Sevilla, siglo XVI. *Pecunia. Revista de la Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*, v.13, p.221-234, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/155571402/constituicao-federal-constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988>. Acesso em: 22 mar 2024.

BRASIL. **Lei n. 10406 de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil brasileiro. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 11 mar 2024.

**Brasília Jurídica, 2000.

CAMARGO, M.F. **Gestão do Terceiro Setor no Brasil** – Estratégias de captação de recursos para organização sem fins lucrativos. São Paulo: Editora Futura, 2001.

CASTRO, V. R. D; COSTA, P. D. S; SOUZA, F. Ê. A. D. Utilização de Instrumentos Contábeis e Gerenciais por entidades do terceiro setor. **I Congresso UFU de Contabilidade**, Minas Gerais, out./2015.

CHAVES, Adller Moreira. A GESTÃO E ACCOUNTABILITY: um estudo sobre a percepção dos membros de igrejas evangélicas. **Contexto**, Porto Alegre, v. 21, n. 48, p. 16-30, 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC. ITG 2002 (R1)). Entidades sem Finalidade de Lucros. Publicada em 02/09/15. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002\(R1\)](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002(R1)). Acesso em: 22 mar 2024.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (NBC TG 1000). Contabilidade para pequenas e médias empresas. Publicada em 01/11/16. Disponível em: [https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000\(R1\)&arquivo=NBCTG1000\(R1\).doc](https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2016/NBCTG1000(R1)&arquivo=NBCTG1000(R1).doc). Acesso em: 20 mar 2024.

COSTA, C. S.; VISCONTI, G. R. **Terceiro setor e desenvolvimento social**. São Paulo: GESET, 2001.

DAVID, F.C.; BARBOSA, E.A.A história da contabilidade: Origem e Evolução. **Repositório Institucional**, 2019.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

FRANÇA, J. A. de (Coord.). **Manual de Procedimentos Para o Terceiro Setor: Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social**. Brasília: CFC: FBC: Profis, 2015.

GIMENES, Nilson Roberto Da Silva. SANÇÕES TRIBUTÁRIAS: FUNDAMENTOS E APLICABILIDADE À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS/TAX SANCTIONS: FUNDAMENTALS AND APPLICABILITY IN LIGHT OF CONSTITUTIONAL PRINCIPLES. **Revista da Faculdade de Direito**, n. 40, p. 251-270, 2021.

GONÇALVES, E.C.; BAPTISTA, A.E. **Contabilidade Geral**. São Paulo, Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo, Atlas, 2010.

LIMA, Jainy de et al. A EXTENSÃO DO CONCEITO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DOS TEMPLOS DE QUALQUER CULTO: UMA ANÁLISE JURÍDICO-CONSTITUCIONAL. **Revista de Direito da FAE**, v. 7, n. 1, p. 31-71, 2024.

MACHADO, M.R.B. **Entidades beneficentes de assistência social**. 3 ed.; Curitiba: Jaruá, 2010.

MANOEL, D.L.S.; SANTOS, J.B.; ROLDAM, K.C.; CALIXTO, L.R. **Contabilidade Eclesiástica: As obrigações contábeis e fiscais exigíveis as atividades sem fins lucrativos, com ênfase as obrigações acessórias**, 2022.

MÁRIO, P. C. et al. A utilização de instrumentos de contabilidade gerencial em entidades do terceiro setor. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 8, n. 1, 2013. Disponível em: <<http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewArticle/1645>>. Acesso em: 22 mar 2024.

MARQUES, M.C.C.; LIRA, M.M.C. **A Contabilidade nas Repúblicas Italianas da Baixa Idade Média: o Berço da Digrafia**. Anais do Encuentro de trabajo sobre História de laContabilidadPonencias y Comunicaciones, Espanha, 2009.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. L. R. **O terceiro setor no Brasil: do contexto histórico ao novo marco regulatório da Lei 13.019/14**. Disponível em: <<https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/52147/o-terceiro-setor-no-brasil-docontexto-historico-ao-novo-marco-regulatorio-da-lei-13-019-14>>. Acesso em: 21 mar 2024.

OLIVEIRA, A.; ROMÃO, V. **Manual do terceiro setor e instituições religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PADOVEZE, C.L. **Manual de Contabilidade Básica:ContabilidadeIntrodutória e Intermediária**. São Paulo, Atlas, 2012.

PAES, J. **Atitude e intenção**. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2010.

PAES, J.E.S. **Fundações e entidades de interesse social:Aspectos jurídicos, administrativos, contábeis e tributários**.2a ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2000

PEREIRA, N.M.C. **O espaço profissional do assistente social na filantropia empresarial**. São Paulo: PUC-SP, 2000. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)– Pontificia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

PORTULHAK H.; DELAY, A. J.; PACHECO, V. Prestação de Contas por Entidades do Terceiro Setor e seus Impactos na Obtenção de Recursos: um olhar sobre ocomportamento dos doadores individuais. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 64, p. 39-47, set./dez. 2015.

REIS, A.J.; SILVA, S.L.**A história da contabilidade noBrasil**. 2008.

RESENDE, T.A.; RESENDE, A.C.; SILVA, B.M. **Roteiro do terceiro setor: associações, fundações e organizações religiosas**. BeloHorizonte: Fórum, 2019.

RIBEIRO FILHO, J.F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. **Estudando Teoria da Contabilidade** – São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, O.M. **Contabilidade Básica**. São Paulo, Atlas, 2013.

RIBEIRO, R.R.V.; RODRIGUES, W.A.; MATTIELLO, K.; NEUMANN, M. Análise da percepção dos membros de uma igreja da região sudoeste do Estado de São Paulo no tocante à prestação de contas. **Revista de Contabilidade Dom Alberto**. Santa Cruz do Sul. v.3, n.3, 2018.

ROSA, A.; **Com informações de christie's, NY**. 2019. Disponível em: <https://cfc.org.br/sem-categoria/summa-de-aritmetica-trabalho-de-luca-pacioli-de-1494-e-arrematado-por-us-1250000/> Acesso em: 21 mar 2024.

ROZOLEM, Thays Fernanda. Imunidade tributária religiosa. **Revista Jurídica Uniandrade**, v. 32, n. 1, p. 87-110, 2021.

RUTHES, Sidarta ; NASCIMENTO, Décio Estevão Do ; SOUZA, Marília de . A Prospecção enquanto Ferramenta de Desenvolvimento Tecnológico Local. In: I Encontro Estadual de Engenharia da Produção e I Simpósio de Gestão Industrial, 2005, Ponta Grossa. Workshop Tecnológico 2005. Ponta Grossa: PPGEP/UTFPR - PG, 2005.

SÁ, A. L. D. **História geral da contabilidade no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2008.

SALES, Domingos Sávio de Oliveira. A contabilidade de instituições religiosas: um estudo de caso na Arquidiocese de Natal. 2013. 50 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Rio Grande do Norte, Natal / RN, 2013. Disponível em: Acesso em: 27 out. 2024.

SANTANA, A. C. D.; AQUINO, W. D. **Evidenciação**. Caderno de Estudos–FIPECAFI.1992.

SANTOS, C.A. **Práticas de Contabilidade das Organizações sem Fins Lucrativos de Curitiba**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade: Contabilidade em Finanças). P.112, Curitiba. UFPR, 2010.

SANTOS, D.S.R. Controle interno: contabilidade em uma Entidade sem fins lucrativos. Igreja evangélica. VadeMecum RT/ (Equipe RT). – 15 ed. Ver., ampl. E atual. até 29.12.2017 – São Paulo: **Editora Revista dos Tribunais**, 2018.

SERAFIM, Mauricio C; ANDION, Carolina. Capital espiritual e as relações econômicas: empreendedorismo em organizações religiosas. **Cadernos Ebape.Br**, [S.L.], v. 8, n. 3, p. 564-579, set. 2010. FapUNIFESP (SciELO).<http://dx.doi.org/10.1590/s1679-39512010000300012>.

SILVA JUNIOR, A.V., BARRETO, B. R.; FARIAS FILHO, J. R. Gestão de valor em projetos de TI: um estudo sobre organizações no Brasil. **Gestão & Produção**, v.26, n.2, 2019.

SILVA, Alex Junior Aparecido; SOARES, Juliana Caetano; ANJOS, Raquel Prediger. Contabilidade aplicada às entidades religiosas. *Revista Conexão: AEMS, Três Lagoas / MG*, v. 13, n. 1, p.3-12, 2016. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Q9H->

hMtVoPwJ:revistaconexao.aems.edu.br/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php%3Fid%3D1033+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 19/10/2024.

SILVA, C. E. G. Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. **Revista de Administração Pública (RAP)**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 6, p. 1301-25, nov./dez. 2010.

SILVA, E.H.; NETO, I.F.S.; CERQUEIRA, C.C.A.X. **Evolução e Teoria da Contabilidade: análise da concepção acadêmica à luz da ciência contábil**, 2018.

SILVA, L. S. **A contribuição da Igreja Católica e dos elementos religiosos na história da contabilidade**. Dissertação de mestrado, Faculdade Unida de Vitória, Vitória, ES, Brasil, 2017.

SILVA, Luiz Felipe Dias; CEREWUTA, Pollyanna Marinho Medeiros. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA DE TEMPLOS RELIGIOSOS: ANÁLISE CRÍTICA E RELEVÂNCIA SOCIAL. **Facit Business and Technology Journal**, v. 1, n. 37, 2022.

SILVA, M. S.; DE ASSIS, F. A. A história da contabilidade no Brasil. **Negócios em Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 348-369, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/14177/11347>. Acesso em: 22 mar 2024.

SILVEIRA, D.; BORBA, J.A. Evidenciação contábil de fundações privadas de educação e pesquisa: uma análise da conformidade das demonstrações contábeis de entidades de Santa Catarina. **Contabilidade Vista Revista**, v.21, n.1, p.41-68, 2010.

SLOMSKI, V.; REZENDE, A. J.; CRUZ, C. V. O. A.; OLAK, P. A. **Contabilidade do terceiro setor: uma abordagem operacional- aplicável às associações, fundações, partidos políticos e organizações religiosas**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

STAATS, C.; MACEDO, F. As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital: Um Estudo de Caso sobre a Aceitação da Contabilidade Digital no Processo de Geração de Informação Contábil em um Escritório Contábil de Joinville/SC. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 348-369, 2021. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rcg/article/view/14177/11347>. Acesso em: 22 mar 2024.

TELES, J.G.C.; ALVES, L.B. **Contabilidade no Terceiro Setor a Prestação de Contas em Instituições Religiosas em Anápolis-GO**. Faculdade do Instituto Brasil de Ciência e Tecnologia – Fibra Curso de Graduação em Ciências Contábeis. Anápolis, 2017.

VESCO, A.D.; LIMA, A.M.C.F.; TROMBETTA, D.P.; TROMBETTA, F.C.; ADAMY, J.P. MULLER, J. **Fundamentos do Terceiro Setor**. Mafra-SC: Ed,da UNC. 2020.

VICECONTI, P.; NEVES, S. **Contabilidade de custos**. Saraiva Educação, 2017.

WAUTIER, A.M. **Terceiro setor: ação coletiva organizada**. Porto Alegre. 2001.

https://crcto.org.br/administracao/files/files/Apostila_Terceiro_Setor_Sind_Contabilistas.pdf

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

TCC - CONTABILIDADE DO TERCEIRO SETOR APLICADA EM IGREJAS NO TOCANTE À PRESTAÇÃO DE CONTAS.

Caro pastor, tesoureiro, administrador ou presbíteros, sou aluna do curso de Ciências Contábeis da UFAL. Conto com sua participação na pesquisa acadêmica cujo objetivo é enfatizar a importância da contabilidade no terceiro setor tendo como foco principal a prestação de contas nas igrejas.

Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

Trataremos a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disponibilidade quando finalizada, caso queira obter essa informação. Estes serão utilizados para fins científicos, por meio desse trabalho acadêmico. O questionário levará em torno de 5 minutos.

PESQUISADORA RESPONSÁVEL : Yasmin dos Santos Silva

ORIENTADORA : Marcia Omena

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

1. Nome da instituição

PERFIL DO ENTREVISTADO

2. Sexo

Masculino

Feminino

3. Idade

18-30

31-40

41-50

51-60

Mais de 60 anos

4. Tempo de experiência (em anos)

1-5

6-10

11-15

Mais de 15 anos

5. Qual sua função na igreja?

6. Possui outra atividade profissional?

Sim

Não

7. Recebe proventos da igreja?

Sim

Não

8. É registrado como funcionário efetivo da instituição?

Sim

Não

9. Escolaridade

Ensino fundamental

Ensino médio

Ensino superior

Pós/MBA

Mestrado

Doutorado

PERFIL DA IGREJA

10. Tempo de fundação da igreja (em anos)

1-5

6-10

11-15

16-25

26 a 30 ou mais

11. Quantidade de membros e congregados (em pessoas)

- () Até 100
 () 101 a 200
 () 201 a 300
 () 301 a 400
 () Mais de 400

12. Possui colaboradores trabalhando no setor financeiro e tesouraria

- () Sim
 () Não

13. Tipos de receitas

| | Dízimos | Ofertas | Rendas patrimoniais | Doações de empresas do governo | Outras rendas permitidas por lei |
|---------------|---------|---------|---------------------|--------------------------------|----------------------------------|
| Não se aplica | | | | | |
| Principal | | | | | |
| Secundária | | | | | |

SOBRE A CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

14. Possuem registros de entradas e saídas de proventos (fluxo de caixa)?

- () Sim
 () Não

15. Possui contabilidade interna e/ou externa (escritório contábil)?

- () Sim, apenas interna
 () Sim, apenas externa
 () Sim, ambas
 () Não, nenhuma

16. Como são feitos os registros financeiros e escrituração contábil?

- () A contabilidade externa faz tudo

- Utilizamos anotações e livros físicos
- Utilizamos sistemas de informações
- Utilizamos planilhas eletrônicas
- Não realizamos controle
- Não sei responder

17. Os resultados financeiros são apresentados a igreja?

- Sim, a todos os membros
- Sim, nas reuniões
- Apenas a cúpula administrativa e/ou fiscal
- Apenas ao presidente
- Não são apresentados

18. A prestação de contas das finanças é importante para a igreja obter recursos que mantenham as suas atividades?

- Sim, concordo totalmente
- Não, discordo totalmente
- Sim, concordo parcialmente
- Não, discordo parcialmente

19. De acordo com a sua percepção, qual a finalidade dos recursos recebidos pela igreja?

- Reinvestir para o bem estar dos membros
- Desempenhar sua finalidade social
- Aumentar o patrimônio
- Outros : _____

20. Há pagamento de tributos pela igreja?

- Sim
- Não

21. Se sim, quais tributos?

22. Diante das perguntas acima, você possui algum conhecimento sobre as imunidades, isenções e benefícios fiscais que as igrejas possuem?

Sim

Não

23. Quais impostos abaixo as instituições religiosas tem isenção ou imunidade?

| | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| IPTU – imposto predial e territorial urbano | | |
| IR – imposto de renda | | |
| IPVA – imposto sobre a propriedade de veículos automotores | | |
| Taxa de localização | | |
| Imposto sobre salário pastoral | | |